

INSTITUTO DE INVESTIGACIONES GINO GERMANI
VI JORNADAS DE JÓVENES INVESTIGADORES
10, 11 y 12 de noviembre de 2011

Entre a *cultura* e a *política*: percepções de uma antropologia engajada

André Marega Pinhel

*Mestrando do programa de antropologia
social da Universidade Federal do Paraná*

andrepinel@hotmail.com

Introdução

“Hoje em dia não é mais possível fazer antropologia sem engajar-se”. Ao lançar a afirmação acima, Bruce Albert no texto *Ethnographic situation' and ethnic movements* anuncia a nova condição do trabalho de campo na antropologia: envolver-se em questões propostas pelos nativos até então distantes. Já não é de hoje que os manuais de trabalho de campo anunciam a proximidade entre o antropólogo e nativo, compartilhando muitas vezes a mesma língua. A figura do barco se distanciando, uma ilha de recife de coral paradisíaca e o “isolamento do mundo exterior”¹ há muito deixaram de ser uma figura de linguagem antropológica. Mas o que significa engajar-se?

A posição de neutralidade antropológica não é – e talvez nunca tenha sido – um caminho para perceber a dinâmica da sociabilidade em campo. Imersos em redes de poder, estratégias de reivindicação política e apropriação nativa do discurso antropológico os antropólogos são convocados pelos nativos para assumirem um lado. Nas últimas décadas, o conceito de cultura passou das páginas de bojudos livros teóricos para o discurso acalorado de minorias étnicas que veem no mesmo a possibilidade da afirmação de direitos sociais historicamente negados. Acompanhando o movimento, surgem diversas propostas teóricas, que pretendem dar conta da apropriação do conceito de cultura. Identidade contrastiva e etnogênese, são alguns dos conceitos que pretendem entender a dinâmica da utilização do conceito de cultura tendo, muitas vezes, a noção de identidade como ponto central.

O caso brasileiro é particularmente notável neste campo. Com a constituição de 1988 a diversidade passa a ser termo jurídico, meio de lutar politicamente para garantir direitos sociais. Casos em que antropólogos envolveram-se neste processo de disputa jurídica e política não faltam, como a exemplo da luta pela conservação de um modo de produção faxinalense (WAGNER: 2009), garantia de certificação de territórios quilombolas (ARRUTI: 2007), e em

¹ Faço referência ao célebre debate desencadeado por Clifford Geertz a partir da reflexão sobre os diários de campo do antropólogo inglês Bronislaw Malinowski. No texto *o antropólogo como autor* (2005) Geertz critica a forma literária utilizada por Malinowski em suas etnografias clássicas, formulada no sentido de produzir um exotismo do nativo, uma construção que se embasa na figura de autoridade “eu estive lá”. Para tanto, Geertz chama a atenção do inevitável caráter literário da antropologia, convocando os antropólogos a “assumirem-se” como autores, ou seja, explicitar as condições em que a pesquisa se desenvolveu considerando o envolvimento do antropólogo na “teia de significado” local. Minha afinidade com a discussão proposta por Geertz se dá pela desconstrução do exotismo do nativo, entendendo que a formulação de uma separação entre sujeito e objeto não só é desaconselhável como também impossível.

meu caso, no acompanhamento das lutas pela implantação de órgãos públicos que promovam políticas afirmativas para a população negra (PINHEL: 2009).

Venho trabalhando desde 2008 em uma pesquisa junto à Comunidade Afro Brasileira (CAB), um grupo de militantes negros estabelecidos na cidade de Campo Largo, estado do Paraná no sul do Brasil, que tenta, desde 2006, criar condições políticas para a implantação de políticas públicas particularistas para a população negra da região metropolitana de Curitiba. Durante este percurso, minha posição enquanto antropólogo e pesquisador foi por vezes flexibilizada durante a pesquisa. Carregando caixas, transportando apoiadores de meus interlocutores e frequentando reuniões políticas percebi, com o tempo, que meu engajamento nas questões propostas por meus interlocutores se fazia imprescindível para um bom trabalho de campo. Ao mesmo tempo, fui identificado por diversas vezes como *profissional da cultura*, condição que pretendo discutir em meu texto atentando-me para as implicações de tal condição para construção de um conceito de cultura na prática.

A questão que levanto não expressa somente a frágil - e já ultrapassada - neutralidade em campo como postura antropológica. No decorrer da pesquisa, que inicialmente se sustentava como um estudo de redes sociais constituídas por quase-grupos egocentrados (MEYER, 1987), optei por me concentrar no trânsito dos discursos e não apenas das pessoas. A rede que eu pretendia observar foi se transformando de **ligações entre pessoas para conexões e interrupções entre os discursos sobre a natureza do político**. Como é possível deduzir, o discurso antropológico não estava isento de trânsito e de ressignificação.

Pretendo, neste trabalho, analisar minha condição de antropólogo em campo e assim refletir sobre as possibilidades e os limites que o engajamento em temas defendidos por nossos interlocutores podem acarretar. Como é de praxe – ainda mais se tratando de um tema político – ocultarei os nomes de meus interlocutores, utilizando pseudônimos. Deverei apresentar minha reflexão no formato de uma pequena etnografia, concentrando-me no período de campo que abrange a organização do 3º concurso de beleza afro em Campo Largo e do 1º concurso de beleza afro de Quatro Barras, também na região metropolitana de Curitiba. A organização destes eventos compreende o período de setembro a dezembro de 2010, período em que participei das atividades como motorista, ajudante de serviços gerais, debatedor acadêmico e júri de concurso de beleza. Pretendo mostrar como o meu engajamento progressivo nas questões propostas por meus

interlocutores colocou-me em uma posição privilegiada para perceber como a dinâmica dos discursos sobre o político se dá de maneira local.

Nos bastidores da política: a cultura como vocábulo da atuação militante

“Não dá só para ficar na cultura André. Desse jeito agente não nunca vai ter caneta” (Orfeu C., Presidente da Comunidade Afro Brasileira de Campo Largo – PR em março de 2009)

Em *Um Novo Paradigma (2006)*, o sociólogo francês Alain Touraine anunciava um novo modelo de atuação política. A modernidade seria arrefecida pela reivindicação de direitos culturais e étnicos, uma luta diferente dos movimentos operários que marcaram a emergência do mundo bipolar. Ao invés de agruparem-se em torno de bandeiras e ideologias, os militantes modernos agrupariam-se em torno do substantivo significador da *identidade*. Neste novo processo o conceito de cultura assumiria um tom central, importante delimitador de agrupamentos humanos.

Em meu trabalho de campo, vi a cultura ser tratada hora como lugar de exílio do mundo político e hora como vocábulo de emancipação das dinâmicas políticas locais. Na pesquisa sobre o estabelecimento de uma associação que se propõe defender os direitos da população afro descendente na cidade de Campo Largo/PR, observei a trajetória de seu fundador, Orfeu C., enquanto este tentava ocupar um espaço político no contexto local, até então, inexistente. Quando cheguei a campo, no ano de 2008, a temática das políticas afirmativas era estranha a gama de possibilidades de ação política desenvolvidas pelos políticos tradicionais da cidade. Não existia, portanto, uma reflexão acerca da particularização de um contingente da população como medida para promover igualdade social.

No ano de 2008, acompanhei o processo eleitoral no município. Naquele ano, meu interlocutor havia traçado a estratégia de apoiar uma das facções que disputava o poder executivo

na cidade, majoritariamente composta pelo PMDB² em coligação com o PSB³. Orfeu C. havia estabelecido um acordo com o então candidato à reeleição para a prefeitura: munido de um documento enviado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial⁴ meu interlocutor planejava implantar uma secretaria municipal de promoção da igualdade racial. A proposta do candidato, naquele momento, era clara: se o apoiar na reeleição, conseguindo um número expressivo de votos, a criação de tal secretaria seria garantida por sua palavra política.

Durante o processo eleitoral acompanhei Orfeu em sua caminhada pela obtenção dos votos enquanto ele transitava pela rede social composta por sua atuação enquanto militante negro. O resultado do pleito foi favorável à legenda do PMDB, e durante a comemoração e reconhecimento do prefeito novamente empossado de sua figura pública, Orfeu confessou-me que agora acreditava que suas intenções políticas seriam atendidas. Sua afirmação era sustentada pelo expressivo contingente de votos conquistados pela legenda defendida: em uma edição do concurso de beleza afro de Campo Largo (entendido por Orfeu como uma máquina para “mostrar serviço”) ele havia conseguido acumular um público de aproximadamente quinhentas pessoas - o que em um universo de setenta mil habitantes representa um *pool* eleitoral significativo.

Contudo, ao ser reempossado no dia 1 de janeiro de 2009, o prefeito começou a se mostrar esquivo às discussões estabelecidas por Orfeu, recusando encontros e reuniões para elaborar a criação da supracitada secretaria. A postura adotada pelo prefeito foi muito mal recebida: ele acreditava que o prefeito havia traído sua palavra.

Como “retribuição” pelos seus serviços enquanto cabo eleitoral meu interlocutor recebeu um cargo na secretaria municipal da cultura. Assim que a nomeação foi publicada em diário oficial recebi uma ligação de Orfeu. Ele estava visivelmente desapontado com o cargo que havia recebido. O *lugar do negro* fora entendido como o *lugar da cultura*. O tipo de intervenção que meu interlocutor pretendia promover não necessitava, na visão dos políticos locais, de uma posição de decidir politicamente, o “poder da caneta”⁵.

² O PMDB (Partido do movimento democrático brasileiro) foi fundado no ano de 1980 orientando pelo movimento de retorno as eleições diretas no Brasil. É hoje o partido com o maior número de filiados em território nacional, e atualmente (ago/2011), posiciona-se na base de apoio do governo federal.

³ O PSB (Partido socialista brasileiro) foi fundado no ano de 1947 com uma proposta de implantação de um socialismo democrático e constitucional. É um partido que constitui base de apoio ao governo federal (ago/2011).

⁴ A SEPIR (Secretaria de políticas da promoção da igualdade racial) foi fundada pelo governo federal no ano de 2003 com o objetivo de pensar propostas de políticas particularistas. Têm hoje status de ministério, com autonomia para aprovação de projetos e empenho de verbas.

⁵ Deter o “poder da caneta” é ocupar um espaço. Orfeu me dizia que não consegue discutir com alguém que está atrás de uma mesa, sentado em um escritório, explicando suas propostas políticas. Ele acreditava que nesta posição era

Começava neste momento um *exílio na cultura*, um processo que durou mais de um ano. Neste ínterim, os políticos locais abstinham-se de traçar estratégias com meu interlocutor e com os integrantes de sua associação. Sua participação em espaços decisórios, eventos políticos e na articulação política em geral, era substantivamente negada. Contudo, na medida em que a *política* ficava mais distante, a *cultura* ficava mais próxima.

No ano de 2009 a CAB de Orfeu continuou a promover seus eventos culturais. O dia 13 de maio foi marcado por um ciclo de palestras, apresentações artísticas e discussões sobre o tema das políticas afirmativas. O intuito era mostrar por meio da cultura que o tema das políticas afirmativas precisava ser anexado a pauta política local.

Contudo, Orfeu não contava mais com as intervenções políticas do executivo para conseguir recursos. Segundo ele, para conseguir algum tipo de recurso junto à prefeitura *era necessário estar encostado em alguém*. O espaço de decisão política passava a ser visto como um ambiente em que a autonomia era limitada por meio das relações de reciprocidade. Na política “dever um favor a alguém” o coloca em uma posição de resignação, o que não aconteceria na *cultura*. Neste momento, iniciava-se a volta por cima *da e na* cultura, encarando a possibilidade de utilização do vocábulo cultural como uma maneira de intervir politicamente e ao mesmo tempo de resguardar a emancipação de dinâmicas políticas locais que não podiam entender o processo de construção identitária que estava em processo nos eventos culturais.

Como vim a perceber gradualmente, cultura não é um espaço livre de disputa política. No mesmo ano de 2009 a CAB realizou o segundo concurso de beleza afro da cidade. Na ocasião do evento – também realizado sem apoio da administração municipal – o vice presidente da CAB, Valter R., entrou em contato com uma especialista em desfiles de moda para realizar uma assessoria nos preparativos de elaboração de vestuários e ensaios dos participantes. Do ponto de vista de meus interlocutores, o papel da assessora seria “paralelo ao processo cultural”: seu papel era meramente técnico, e a organização seria de responsabilidade da administração da CAB.

A assessora não pensava da mesma maneira. Sua visão de uma “estética negra” estava embasada em um conceito de moda internacional, incompatível com a visão de meus

visto como um “qualquer” e por mais que suas qualidades fossem importantes para uma atuação política, a discussão com uma pessoa que “está atrás de uma mesa, em um cargo público”, é sempre uma discussão desigual. Em suas próprias palavras: *É como nesta situação André: seu eu pudesse “canetar” aqui não teríamos este imprevisto com o desfile. Eu diria: olha tou precisando de uns uniformes aqui, dá pra me trazer? Quando você esta discutindo com alguém que está do outro lado da mesa não tem como, por mais que você faça direito você não pode dar a “canetada”!*

interlocutores de realizar um concurso acessível a “população carente” da cidade. A assessora encomendou diversos vestidos que não estavam comportados no orçamento proposto pela CAB o que foi encarado pelos membros como uma intervenção no processo cultural que eles pretendiam controlar.

Mesmo com os entraves na organização do evento a participação da população foi novamente expressiva. Todavia, o executivo continuava refratário à proposta de criação da secretaria de promoção da igualdade racial na cidade. No início de dezembro de 2009, Orfeu foi convidado para participar de um evento político na cidade de Quatro Barras, também na região metropolitana de Curitiba. No evento Orfeu conheceu Antonio C., um vereador local que se interessava pelo tema das políticas afirmativas. No mesmo evento, Orfeu entrou em contato com Maria P., uma militante política local que tinha atuado na alfabetização de jovens e adultos do município e se interessava pelo tema das políticas afirmativas. Começava uma nova etapa da relação entre *cultura e política*.

Nos bastidores da cultura: a reviravolta da política

“Eu falei André, que não era pra deixar virar política, que era pra ficar só na cultura. Agora estragou tudo!” (Maria P., dezembro de 2010)

No ano de 2010 a cristalização da CAB enquanto uma associação cultural já parecia consolidada. A organização dos eventos na cidade de Campo Largo já não tinha mais o objetivo de criar um espaço político, mas sim uma conscientização por meio da cultura. Foi com este intuito que iniciamos a campanha para a realização do 3º concurso de beleza afro na cidade.

A organização do evento começou com a definição de um calendário, estratégias para a divulgação e organização do pessoal para a atuação. Seguiu-se então a negociação com “as autoridades”, empresários, políticos e administradores públicos simpatizantes da temática que contribuem com recursos e espaço físico. O passo seguinte foi o da “blitz”: neste momento foi a hora de fazer um “corpo a corpo”, ir para as escolas municipais – onde se localiza o grande

público do concurso – de divulgar o evento, explicando as condições de participação e as implicações formativas envolvidas.

Carregando caixas, entregando panfletos e ajudando na divulgação com o transporte de militantes percebi que tinha acesso a outro tipo de discussão que não se dava por meio de entrevista ou pela observação de qualquer evento político. Em nosso trajeto pelas escolas municipais da cidade pensávamos sobre as propriedades do discurso com o qual convidávamos os alunos a participar do evento. A grande pergunta se condensava na questão: afinal de contas, quem pode participar de um concurso de beleza afro?

Percebi que a identidade afro-brasileira, que era o glossário central da composição do vocábulo “cultura afro brasileira”, não era uma representação social sólida, mas sim, constituída por diversas ordens discursivas. Ao entrar em uma sala, uma pequena palestra era organizada pelos militantes, a fim de demonstrar que “muitas pessoas não se vêem como negras e que não existe nenhum problema em se assumir enquanto tal”.

Ao mesmo tempo, a identificação daqueles que “poderiam ou não se assumirem enquanto negros” transitava pelos discursos dos diferentes militantes que realizavam as palestras em cada sala. Do ponto de vista de Orfeu,

“Se um pai ou mãe branca se casa com uma pessoa negra, o filho daquela união poderia participar do concurso de beleza afro, por que ele é um afro descendente”.

Em um determinado momento dividimo-nos em dois grupos e eu acompanhei Gilson, um dos primeiros militantes a ingressarem na CAB em 2006. Gilson havia sido instruído a seguir o discurso de Orfeu, e fazer uma “fala mais geral possível”. Contudo, Gilson tinha sua própria versão sobre o conceito de identidade negra. Durante a exposição na sala de aula, Gilson realizava uma pequena encenação contando com voluntários da platéia. Em sua versão de identidade negra, “é afro-descendente aquele que – como no teatro, encenava o casamento entre dois alunos da sala - era fruto de uma união na qual os dois pais eram negros”. No decorrer da campanha transitei entre o discurso *universalizador* de Orfeu sobre a negritude e o discurso *particularizador* da descendência afro-brasileira de Gilson. Neste sentido, entendo que a construção do discurso sobre a identidade é necessariamente orientada por ontologias pessoais, ou seja, por uma percepção do “real social” de cada sujeito. O conceito de identidade negra é tão

geral ou específico segundo a experiência do mediador com o tema, ou seja, é informada pela iniciativa de produzir um signo cultural mais englobante ou mais restritivo.

Como percebi depois, com o meu progressivo engajamento na organização do evento, o discurso antropológico passou a transitar entre esta rede de discursos que descrevi. Por diversas vezes fui questionado sobre qual eram meus objetivos com o meu trabalho. Respondia-lhes sempre que acreditava na sua causa e que me interessava pelas questões que eles discutiam. Como o contato de Orfeu com a universidade era mais intenso – ele já havia frequentado dois cursos como ouvinte no programa de pós graduação em antropologia social na Universidade Federal do Paraná – por vezes suas palavras falavam pelas minhas. Ele explicava para nossos companheiros que o “antropólogo é um estudioso da cultura” e que na profissão a leitura e a escrita eram importantes para definir um bom profissional.

Em princípio fiquei preocupado com a identificação que vinha recebendo de meus companheiros. Não sabia se a explicação de Orfeu dificultaria minha inserção no campo, agora que eu era entendido como um *profissional da cultura*. Não poderia haver conclusão mais inconsistente do que esta.

A partir do momento em que fui sendo reconhecido como um *entusiasta da cultura*, minhas conversas com os integrantes da CAB passaram a ser mais francas, desinibidas e entusiasmadas. Com esta afirmação quero dizer que, ao menos no caso de Campo Largo, o **conceito de cultura** tem suas próprias abstrações locais, e os verbetes antropológicos para sua definição conceitual apenas se somam a uma trama de resignificação que se expressa sob a forma do discurso. Engajar-me enquanto um militante pela promoção da igualdade racial me possibilitava ser entendido como um estudioso da construção da identidade afro brasileira assim como meus interlocutores, como um **profissional da cultura**.

As atribuições de um profissional da cultura são diversificadas em uma relação diretamente proporcional à poli semântica do significado da cultura. Em primeiro lugar, um profissional da cultura é um especialista em limites sociais. Cabe a ele estabelecer até onde vão as representações sociais, ou seja, perceber quais os termos estão relacionados afim de produzirem um significado. O profissional da cultura tem de perceber, por exemplo, o limite entre a “identidade afro-brasileira” e a “identidade quilombola”, ambos sujeitos de direito de políticas afirmativas particularistas. Em algumas ocasiões o estabelecimento destes limites dá-se por antagonia, ou seja, o pertencimento é definido a partir daquele que não é/ não pertence a

determinado agrupamento social ao qual a representação em questão faz referência. O discurso é exemplificado a partir do momento em que pessoas tornam-se metáforas para os limites da cultura – ou ainda neste caso, identidade – ou seja, a pessoa (muitas vezes incluindo o próprio especialista em cultura) se estabelece como signo do limite cultural.

Ao profissional da cultura também cabe à avaliação da cultura no sentido vertical, ou seja, diferenciar aquilo que “têm cultura” daquilo que “não tem cultura”. A cultura, neste caso, está associada à ideia de “tornar-se culto”, uma posição informada por diversas categorizações como o nível da educação formal, experiência de representação como “autoridade pública”, ou ainda, a prática constante de identificar limites culturais. Paradoxalmente – ou não - aqueles que “têm cultura” são entendidos como os únicos capazes de entenderem o “limite da cultura”. Neste sentido atribui-se aqueles que definem os limites culturais como empossados de cultura, únicos capazes de traduzi-la de como ela é vivida na prática para termos juridicamente definidos que garantirão os direitos sociais das populações auxiliadas pelos militantes. A partir do momento que se é reconhecido como empossado de cultura (culto) espera-se uma ação condizente com sua posição, enunciada pela habilidade de fazer transitar o conceito de cultura vivido na prática para situações aonde ele é teorizado ou juridicizado.

Todavia, como afirmei anteriormente, a cultura não está isenta da disputa política. Paralelo ao processo da divulgação na cidade de Campo Largo, a direção da CAB decidiu iniciar a campanha para promover um concurso de beleza afro na cidade de Quatro Barras. Contando com o apoio da Câmara dos vereadores por meio de Antônio C., Orfeu começou o processo de organização de um grupo de militantes locais para organização do evento. Para organizar tal grupo – confessou-me Orfeu – era fundamental que contássemos com a ajuda de Maria P., que conhecia muitas pessoas com os trabalhos sociais de alfabetização que vinha realizando.

Visitamos a casa de Maria P. pela primeira vez em meados de outubro 2010, a um mês da data prevista para a realização do evento. Orfeu alertou-me em princípio que Maria P. era um diamante bruto, com muito potencial para o ativismo, mais que “precisava ser lapidado”. Conversando com Maria P., pude perceber que ela tinha uma extrema desconfiança a respeito dos objetivos de Orfeu na cidade. Quando Orfeu determinava alguma atividade para Maria P., esta sempre o questionava:

Maria P.: Orfeu, você tem que tomar cuidado com que você vai falar aqui na cidade. Não pode sair por aí simplesmente contando pra todo mundo o que você

vai fazer. Tem pessoas aqui que são muito mal intencionadas, principalmente na prefeitura.

De certa maneira, Maria P. – assim como Valter R. no caso de Campo Largo - entendia as implicações locais de depender de favores políticos da administração local. Os deveres da retribuição intrínsecos a dinâmica política, tanto no caso de Campo Largo como no caso de Quatro Barras, levavam Maria P. a acreditar que a melhor alternativa *é não deixar o negócio virar política.*

Contudo, as negociações políticas estavam em curso antes mesmo da realização do concurso. Orfeu já conversava com o vereador Antônio e com alguns contatos no poder executivo da cidade a fim de expor sua proposta política de criação de uma secretaria municipal de igualdade racial na cidade de Quatro Barras. Assim como em Campo Largo, as discussões preliminares indicavam que o poder executivo investiria na proposta de Orfeu. O evento em Quatro Barras repetiu o sucesso de público, como foi em Campo Largo.

Nas duas edições anteriores fui designado para ocupar um lugar no banco de jurados. As categorias que deveriam ser observadas eram beleza, desenvoltura e identidade negra. Mais uma vez, enquanto *profissional da cultura*, fui designado pela organização do evento a instruir os outros jurados em como operar as categorias de julgamento. Como o desfile incluía uma pequena fala das concorrentes, instruí os outros jurados a avaliarem a categoria “identidade negra” segundo a melhor formulação por parte das candidatas sobre o que seria identidade negra. Justifico minha postura assumindo a existência de limites sociais construídos no plano simbólico, deixando a cargo dos jurados a identificação subjetiva particular destes limites.

No fim do evento conversei com Maria P. que estava muito nervosa com sua fala sobre a importância de Zumbi dos Palmares para a cultura afro brasileira. Ela me disse que não esperava tantas autoridades presentes no evento, e confirmou que se sentia desconfortável com as implicações que sua fala poderia ter.

Em meados de dezembro recebi uma ligação animada de Orfeu. Segundo ele o prefeito de Quatro Barras o havia convocado para uma discussão acerca da implantação da secretaria na cidade. Entretanto, sua relação com Maria P. havia sido abalada. Segundo Orfeu, Maria P. havia começado sua própria campanha contra ele, difamando seu nome junto aos candidatos do

concurso de beleza e também junto às autoridades na prefeitura municipal. Preocupado, Orfeu me contava suas medidas futuras:

Orfeu: André, não tem como, agora o melhor antídoto é o isolamento total da Maria P.. Eu avisei pra ela desde que nós começamos: Maria P., no momento certo eu faço a política e você fica na cultura. Não tem como André, ela não entende, fica causando incêndio na prefeitura e depois eu tenho que sair apagando. Vou pedir uma coisa pra você mas não sei se você pode fazer, por causa do seu trabalho. Agora é melhor que você se afaste da Maria P. assim que você puder.

Evidentemente, meu envolvimento na trama de significações sobre o lugar da política e o lugar da cultura se expressava nas palavras de Orfeu. Respondi a ele que, em minha opinião, a melhor saída para a questão seria sentar e conversar, debater os problemas para chegar a algum acordo. Ele reiterou sua posição de crítica à Maria P., afirmando que não existia a possibilidade de diálogo.

Algumas semanas depois, recebi uma ligação de Maria P.. Descrevo aqui a conversa, da melhor maneira que pude recordar:

Maria P.: André tudo bem, meu deus ainda bem que eu te encontrei!
André: Oi Maria P. como estão as coisas?
Maria P.: Estão péssimas André, péssimas. Eu liguei para você para saber o que você sabe sobre o que está acontecendo em Quatro Barras.
André: Bom, eu sei que você e o Orfeu tiveram um desentendimento.
Maria P.: André, o Orfeu me enganou! Ele foi conversar com o prefeito e não falou nada pra mim!
André: E você conversou com ele sobre isso?
Maria P.: Não tem como André, não dá pra conversar com ele. Quando eu liguei pra ele falei um monte de besteiras.
André: Tem certeza que não tem como conversar com ele?
Maria P.: Não tem André, não tem mesmo. Agora eu estou ligando pra você pra descobrir até quanto você está envolvido com isso. Eu avisei pra ele André, que era pra ficar só no movimento cultural, não era pra fazer política. Qual era o seu trabalho lá? O que você estava fazendo pra ele?
André: Bom Maria P., meu trabalho lá era em primeiro lugar, ajudar uma causa que eu acredito e respeito. Em segundo lugar, meu trabalho era entender como existem meios de lutar pelas questões que vocês se interessam, que sejam diferentes do que agente vê por aí.
Maria P.: Pois então André, acho que ele te enganou também. Agora virou tudo política e o movimento social já era. Agora eu vou atrás de descobrir a verdade e ver todo mundo que ele enganou com essa história de fazer movimento social.

Este foi meu último contato em campo até o momento da confecção deste artigo. Tive informações que a tão sonhada secretaria ainda não foi implementada, presa entre o desejo de meu interlocutor pelo “poder da caneta” e os entraves burocráticos e políticos. Na mesma medida, Maria P. continua sua investigação a cerca da verdade por trás da política e da cultura, inconformada, talvez, com a impossibilidade das duas conviverem no mesmo espaço de forma pacífica.

Conclusão

Como apresentei, meu engajamento nas questões propostas por meus companheiros foi uma condição inegociável para uma percepção aprofundada do campo. Por meio de minha inserção ativa na militância pude perceber que é possível entender o processo constitutivo da identidade não por meio da organização social dos militantes do grupo, mas sim, sobre um trânsito discursivo a respeito da identidade. Ao mesmo tempo, só sendo identificado como um *profissional da cultura* pude ter acesso a dinâmica que o espaço da cultura e o espaço da política mantêm, operando de forma antitética. Como profissional da cultura participo – de maneira inegociável – da abstração sobre o próprio conceito de cultura, condição *sine qua non* para perceber como este conceito é elaborado. Apresentei por outro lado, como ambas as formas de atuação – a política e a cultura – agem de forma complementares (apesar de serem antitéticas). No caso do meu estudo, um discurso pode começar pela política, transitar pela cultura, para então somente retornar a política.

Na mesma medida, meu engajamento põe em cheque qualquer possibilidade – como se esta possibilidade existisse – de neutralidade científica. No caso da cultura, mostrei como ela pode operar como um vocábulo, dependendo das significações promovidas pelos discursos em trâmite, no qual o discurso antropológico é apenas mais um. Em um determinado momento fui chamado a tomar um lado da discussão, e optei por aquele que julgava o mais interessante: o diálogo é a postura mais adequada assim que enterramos suposta neutralidade científica.

Enquanto isso, em Campo Lago, cultura e política continuam a operar como dois espaços – e dois vocábulos do discurso – que se contradizem e ao mesmo tempo se complementam.

Longe de esgotar o assunto em um pequeno ensaio, acredito que a postura dialógica é a única maneira de acompanhar esta antítese fundamental no mundo contemporâneo.

Bibliografia seletiva

Dumont, Louis. *O Individualismo: Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

_____. *Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp, 1992.

_____. "Casta, Racismo e 'Estratificação'" in Aguiar Neuma (org.) *Hierarquias em Classes*; Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

Malinowski, Bronislaw C. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

Referências bibliográficas

Arruti, José M. *Uso comum, regularização fundiária e mercado de terras*. In: Prêmio territórios quilombolas: 2ª Edição. – Brasília : MDA, 2007.

Geertz, Clifford. *Obras e vidas – o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2005.

Mayer, Adrian. *A importância dos 'quase-grupos' no estudo das sociedades complexas*. In: Bela Feldman-Bianco (org.), *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

Pinhel, André M. "*Contra cúpula*": análise da trajetória política de um militante negro na cidade de Campo Largo – PR. Monografia. DEAN: Curitiba, 2009.

Wagner, Alfredo B. A (org). *Terra de faxinais*. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009.

Touraine, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006.